

ENTRE SONHOS E PESADELOS: CAMPONESES E TERRATENENTES NOS PROCESSOS DE REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA CHILENOS (1962-1990)

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

História/Unirio

INTRODUÇÃO

“Nós camponeses exigimos: expropriação de porteira fechada e sem reserva para os proprietários; que a CORA deixe de tramitar lentamente os processos e exproprie rápido; lei de Reforma agrária revolucionária. Terra ou morte! Morra o latifúndio!”

(Texto afixado em porteira de propriedade ocupada durante o governo da Unidade Popular (Vasconcelos, 2020, p. 231)).

“É só o primeiro morto, companheiros! Lhes daremos o prazer de outros mortos... Não vou dar pêsames a esta família de ladrões!”

(Deputado Victor Carmine, do Partido Nacional, sobre o assassinato de Hernán Emery Fuenzalida, morto ao realizar uma expropriação de terra em nome da *Corporación de Reforma Agrária* - CORA (Avendagno, 2017, p. 258)).

Em 1970, enquanto o Brasil vivia o auge da ditadura empresarial-militar - legitimada face a altos índices de crescimento econômico - e combatia uma guerrilha com poucas probabilidades de vitória, o Chile vivia um momento importantíssimo em sua já longa tradição democrática. O ex-presidente Jorge Alessandri, do Partido Nacional, (PN), tentava voltar ao palácio de La Moneda enfrentando o senador Salvador Allende, do Partido Socialista (PS) que, pela quarta vez, candidatava-se à presidência da República por uma ampla coalizão de esquerda denominada Unidade Popular (UP). Por sua vez, Radomiro Tomić era candidato pela ala progressista do Partido Demócrata Cristão (PDC), partido do presidente Eduardo Frei, e disputava com a esquerda, o voto do campesinato, já que o aprofundamento da Reforma Agrária, tornada lei em 1962 e acelerada pela legislação de 1967, era bandeira comum às duas candidaturas.

A referida legislação deu um prazo até o mês de julho de 1970 para que as terras divididas entre 4 de novembro de 1964 e 28 de julho de 1967 e que não estivessem sendo cultivadas fossem expropriadas (OSZLAK, 2016, p. 287). Com o intuito de acelerar tais processos de expropriações, em 30 de abril, Hernán Emery Fuenzalida, diretor da *Corporación de Reforma Agrária* - CORA na região de Linhares, foi expropriar a fazenda Piedade, no município de Longavi. Embora houvesse camponeses

a favor da reforma, Emery foi recebido a pedradas por um grupo de camponeses contrários à ela, os “*apatronados*”.

Os proprietários das terras, pelo menos desde 1968, mobilizavam camponeses em seu favor, assim como haviam feito nas fazendas Santa Marta e San Estevan (na região de Val Paraíso), organizando as *retomas*, ou seja, expulsavam os camponeses que, organizados em greves, ocupavam terras para que o Estado as expropriasse. Apesar da frase de Frei “terra tomada não se expropria”, ambas fazendas terminaram expropriadas pela CORA (SEGUEL, 2012, p. 43; PÉREZ, 2000, p. 193).

No parlamento, o deputado Victor Carmine pronunciou o discurso supracitado, enquanto um colega do PN queixava-se de que a imagem do agricultor¹ fora assassinada antes mesmo da reforma agrária (OSZLAK, 2016, p. 295). Enquanto isso, confederações camponesas ligadas ao PDC, como a Unidade Popular, promoviam greves de protesto (VASCONCELOS, 2020, p. 247)

Ao recordarmos este episódio, objetivamos mostrar o grau de polarização que se estabeleceu no campo chileno. Ela não nasceu com a reforma agrária, mas o que fora pensado como uma vacina antirrevolucionária - tanto pelas lideranças do PDC, como pelos planejadores estadunidenses da Aliança para o Progresso -, desatara expectativas campesinas secularmente ignoradas e temores profundamente arraigados no setor patronal. Este trabalho está dividido em duas partes: inicialmente, analisa-se a reforma agrária a partir da lei decretada em 1962, até o golpe empresarial-militar de 11-09-1973. No momento seguinte, refletiremos sobre como os terratenentes e campesinos atuaram durante um dos regimes mais fechados do século XX continental, sob liderança de Augusto Pinochet (1973-1990). O leitor destas páginas terá um panorama do contexto do agro chileno face às experiências de reforma agrária sob aprofundamento da democracia e contrarreforma agrária sob vigorosa ditadura.

1 DEMOCRACIA E REFORMA AGRÁRIA (1962-1973)

O papel da agricultura chilena na economia do país já era questionado, pelo menos desde a década de 1930, sob o impacto da crise global, deflagrada a partir da quebra da bolsa de Nova York em 1929. Tratava-se de uma agricultura, que não mais gerava divisas externas - como acontecera no século XIX - quando exportava trigo para a Austrália e para a Califórnia e não havia demanda interna de uma crescente população urbana, especialmente em Santiago (ULLOA, 2006, p. 45; OVALLE, 2013, p. 57).

Além disso, a situação dos trabalhadores do campo, inquilinos ou *afuerinos*², era extremamente precária. Em seus últimos dias de governo, o ditador Carlos Ibañez (1927-1931) decretou a sindicalização dos trabalhadores rurais, causa batalhada pelo partido comunista (PC) desde sua fundação, em 1921, e pelo Partido Socialista, que buscou realizá-la a partir de 1933 (OLIVARES, 2019, p. 76).

¹ No Chile, os terratenentes autodenominam-se agricultores. A revista da SNA intitulou-se *El Agricultur* entre 1869 e 1933, passando, a partir de então, a denominar-se *El Campesino*, nome com que circula até nossos dias.

² Inquilinos eram trabalhadores que utilizavam um lote de terra em troca de trabalho gratuito na fazenda. *Afuerinos* eram os trabalhadores eventuais.

O tema agrário continuaria presente na presidência de Arturo Alessandri (1932-1938), fosse com a continuidade dos esforços de socialistas e comunistas, fosse com as discussões intraburocracia para estender o salário mínimo ao meio rural. Assim como no Brasil daqueles dias, a reação proprietária seria intensa. Jaime Larraín, presidente da *Sociedad Nacional de Agricultura* (SNA), afirmava que o terratenente era obrigado a lidar com índios de raça inferior, mantendo-os em suas terras para evitar o aprofundamento do desemprego (OLIVARES, 2019, p. 243).

O tema ganharia maior conflitividade a partir da eleição de Pedro Aguirre Cerda, líder da Frente Popular, coalizão que uniu radicais, socialistas e comunistas. A sindicalização cresceu sob impacto da ação de comunistas, socialistas e de inspetores do Ministério do Trabalho, havendo casos de sequestro de funcionários, que orientavam a sindicalização em fazendas (OLIVARES, 2019, p. 376). A reação patronal fez-se em todos os níveis. Nas fazendas, expulsando líderes combativos. Na burocracia, em 1939, obtendo a suspensão da sindicalização dos trabalhadores, até que lei especial a regulamentasse. Havia, contudo, vários sindicatos já registrados, e estes continuariam funcionando apesar das múltiplas dificuldades (LOVEMAN, 1976, p. 32).

O problema agrário continuaria presente nas discussões parlamentares nos anos seguintes. Ainda em 1939, o senador Marmaduke Grove³ apresentou um projeto de lei que limitava os arrendamentos rurais e estabelecia limite ao tamanho das propriedades agrícolas. Tais dispositivos estariam presentes na lei de 1967 (ROJAS, 2015, p. 65). Apesar dos esforços dos comunistas pela sindicalização rural, esta continuaria bloqueada entre 1939 e 1946, ainda que o Partido Comunista tenha criado organizações de camponeses pretensamente nacionais durante o governo de Juan Antonio Rios (1941-1945). Em 1946, durante o governo de Gabriel González Videla, os comunistas ocuparam ministérios, inclusive o da agricultura, quando atuaram para derrubar a proibição da sindicalização camponesa. A reação proprietária, liderada pela SNA, representada no parlamento pelos partidos Conservador e Liberal, novamente funcionou em várias frentes; no campo, usando carabineiros para prender sindicalistas e, no parlamento, conseguindo aprovar lei que permitia a sindicalização rural, impondo, contudo, inúmeros entraves para sua efetivação, como a exigência de alfabetização e também de que o tesoureiro do sindicato fosse o fazendeiro. Proibia, ainda, a formação de federações e confederações. Além disso, em 1948, o Partido Comunista foi declarado ilegal pelo parlamento (AVEDAÑO, 2017, p. 34; OLIVARES, 2019, p. 489).

Todas essas limitações à sindicalização rural não significariam a ausência de lutas. Os comunistas - muitas vezes refugiados no interior - continuavam difundindo direitos trabalhistas e acabaram somando-se à atuante Igreja Católica que, buscando competir com os comunistas no agro, criou organizações que apoiaram movimentos camponeses. Por isso, ocorre, em 1953, uma conferência promovida pelos comunistas, na qual pregava-se a reforma agrária e a devolução de terras aos *mapuches*⁴. Ao mesmo

³ Marmaduke Grove foi um major da força aérea, que liderou um golpe de Estado, proclamando uma república socialista, que durou 12 dias. Posteriormente, fundou o PS, elegendendo-se senador.

⁴ Os mapuches haviam perdido suas terras durante a chamada Pacificação da Araucanía, entre 1866 e 1884, mas não desistiram de retomar suas terras, buscando as mercês da Coroa espanhola, que as legitimariam. Seriam importantíssimos na luta pela terra durante o governo Allende (BENGOA, 2014, p. 145; CORREA, 2005, p. 35).

tempo, setores da Igreja Católica apoiaram vivamente uma greve na região de La Molina. Este apoio seria fundamental para que o segundo governo de Ibañez (1952-1958), contivesse os ímpetus repressivos de fazendeiros, ameaçando usar contra eles a lei de defesa da democracia (PERALTA, 2006, p. 15; AVENDAÑO, 2017, p. 89). Além disso, o governo Ibañez apresentou ao parlamento um projeto de reforma agrária, por sua vez rejeitado por pequena margem na câmara dos deputados em 1953 (AVENDAÑO, 2017, p. 132).

O ano de 1958 traria novidades para o cenário político chileno, pois o partido comunista, que desde 1956 havia organizado a Frente Popular com os socialistas, voltava à legalidade. As eleições seriam feitas com a entrega de cédulas no local de votação, não sendo mais disponibilizadas pelos partidos políticos, o que dificultava a manipulação dos fazendeiros. Apesar da vitória do conservador Jorge Alessandri, as forças de esquerda, sob liderança do experiente senador Salvador Allende, chegariam em segundo lugar (OSLAK, 2016, p. 65).

O governo Alessandri seria marcado por acontecimentos que o levariam a ter outra postura no que dizia respeito à questão agrária. Externamente, a revolução cubana, vitoriosa em 1959, teve na reforma agrária uma de suas principais bandeiras, efetivando-a nos primeiros meses de vigência (VASCONCELOS, 2017, p. 165). Após a derrota de antirrevolucionários apoiados pelos EUA em 1961, os planejadores da Casa Branca, sob a administração de John Kennedy (1961-1963), viram na reforma agrária uma vacina contra a revolução. Em agosto daquele ano, uma conferência pan-americana, realizada em Punta del Leste (Uruguai), orientou as repúblicas americanas a promoverem reformas agrárias, com o fito de ampliar o mercado interno para as nascentes indústrias. Internamente, Alessandri perdeu maioria no Congresso e teve de aceitar a proposta do Partido Radical, de enviar ao parlamento uma lei de reforma agrária. Ainda, os EUA condicionaram a concessão de um empréstimo para a reconstrução de Valdivia, atingida por um terremoto em 1960, à aprovação de uma lei de reforma agrária (AVENDAÑO, 2017, p. 175).

A Sociedade Nacional de Agricultura via os bispos chilenos lançarem manifesto de apoio à reforma agrária e, embora dividida, decidiu não mais se opor à aprovação de uma lei com este teor. Concluía que o cultivador que não explorasse a terra deveria ser sancionado. Em 1962, era então aprovada no parlamento a lei 15020. Criavam-se dois órgãos: a *Corporación de Reforma Agrária* (CORA) e o *Instituto de Desarrollo Agropecuario* (INDAP). A primeira cuidaria de expropriações e assentamentos, enquanto o segundo estaria dedicado ao desenvolvimento técnico da agricultura. A lei não estabelecia um limite para o tamanho da propriedade, mas a expressão “mal explorada”, deixava ampla margem ao administrador (OSLAK, 2016, p. 197). No mesmo ano, os *mapuches* organizavam, sob bênção da Machi (médium), suas primeiras ocupações de terras (BENGOA, 2014, p. 176). No ano seguinte, emenda à constituição permitiu o pagamento de indenização parcelada em 10 cotas anuais aos expropriados de suas terras, embora, anteriormente, tal indenização devesse ser integral e em dinheiro.

O ano de 1964 seria marcado por mudanças importantes para terratenentes e camponeses. Os fazendeiros, temendo a nova candidatura de Salvador Allende, apoiaram Eduardo Frei, do PDC. Em memórias coletadas por María Angélica Ovalle (2013), os proprietários mostraram muito mais rejeição a Frei do que a Allende. O

socialista era retratado como alguém sincero, que dizia o que pensava, enquanto o outro recebeu o voto e o dinheiro dos fazendeiros para traí-los. (OVALLE 2013, p. 235). Sob impacto da vitória nas eleições presidenciais, a Democracia Cristã, em março de 1965, obteve maioria na câmara, abrindo caminho para as reformas.

Tais transformações afetavam a todos. Os terratenentes, por exemplo, viam a DC se juntando a socialistas e comunistas, apoiando a sindicalização rural, e derrubando, na prática, as leis em vigor, além de aproveitarem a lei vigente para expropriar terras, da maneira possível. Com maioria no parlamento, a DC, aliada a socialistas e comunistas isolava a direita⁵. A SNA não convencia outros setores sociais de que estes seriam futuramente expropriados. Inclusive, os proprietários sulistas, num primeiro momento, não se sensibilizaram com tais alegações, uma vez que suas terras eram produtivas e, portanto, pensavam que não seriam afetados pela expropriação.

Em 1967, essas mudanças ainda afetavam os terratenentes. Primeiramente, por uma emenda constitucional, instituída em janeiro daquele ano, que determinou a obrigatoriedade de cumprimento da função social da terra. Mais tarde, em abril, veio a lei de sindicalização rural. Em julho, a lei de reforma agrária, com dez causas possíveis de expropriação, entre elas o oferecimento da terra para a reforma agrária, o que facilitaria a indenização. O mundo dos proprietários transformou-se num lugar onde a terra poderia ser perdida a partir de greves, que resultariam em intervenção estatal, e ainda de sentar-se e negociar com pessoas que consideravam, no mínimo, infantis.

Para os camponeses, a mudança também seria radical. Seu voto e sua participação eram disputados pelas várias confederações camponesas, que se organizavam entre Ranquil (PS-PC), Triunfo Campesino (PDC), Libertad (Igreja Católica e Províncias Agrárias (Direita), havendo também o *Movimiento Campesino Revolucionario*⁶, essencial nas ocupações de terra, mobilizadas pelos *mapuches*. A partir de 1968, três fatores se realimentam: o governo impulsiona as expropriações, os camponeses organizam greves, que se convertem em ocupações de terras, e os proprietários buscam articular a reação. A SNA reaproxima-se dos agricultores aglutinados no Consórcio Agrícola do Sul (CAS) e buscam ampliar suas bases sociais, atraindo, para sua área de influência, setores tão distintos como engenheiros agrônomos e camponeses, ambos beneficiados pela reforma agrária – em assentamentos organizados pela DC, com a previsão de que lhes fosse garantida a propriedade individual daquelas terras, em até cinco anos, o que acabava não ocorrendo (OSZLAK, 2016, p. 217).

No ano de 1969, o Partido Nacional, que se traduzia numa fusão de conservadores e liberais, conseguia retomar espaços no parlamento e, embora a reforma continuasse acelerada, os proprietários aguardavam as eleições de 1970. Enquanto isso, lideranças camponesas lembravam que os trâmites da CORA eram muito lentos,

⁵ Analisando processos de expropriação de terras em Coquimbo, encontramos carta de um proprietário, afinal expropriado, a um senador da DC solicitando a não expropriação, e de líderes comunitários solicitando a expropriação. O partido de centro-esquerda recebia múltiplas pressões. Ver: processo 80/1968, Coquimbo, *Servicio Agrícola y Ganadero*. Neste fundo encontramos processos de expropriação e parcelamento de terras.

⁶ Este movimento era o braço rural do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, (MIR), organização criada em 1965, que pregava a luta armada. Peralta, 2006, p. 32.

havendo a necessidade de uma lei “revolucionária” que garantisse um processo mais rápido.

A lei havia sido pensada para atender prioritariamente os inquilinos, que mal ou bem, já tinham acesso à terra. Entretanto, ficavam de fora trabalhadores eventuais e os *mapuches*. A lei de 1967 estabeleceu um limite de 80 hectares de irrigação básica a partir do qual se poderia expropriar. Isso significava um hectare em Santiago e, a partir dali, era aumentada a diferença entre hectare de irrigação e hectare físico, podendo-se chegar, no sul, a quatro ou mais hectares. Isso preocupava os *mapuches* pois, além de estarem fora da terra, que fora perdida na conquista realizada pelo estado chileno contra eles entre 1866 e 1884, (Bengoa, 2014, 136) viam grandes propriedades intocadas (VASCONCELOS, 2020, p. 238). Quando os militantes do MIR chegaram a regiões como Cautín, não precisaram explicar aos *mapuches*, que deviam lutar pela terra. Bastou organizar as “corridas de cerco” removendo cercas das propriedades rurais para o ponto onde suas mercês (doações feitas pela Coroa espanhola) indicavam (BENGOA, 2014, p. 236).

Do ponto de vista dos proprietários, ainda se pode afirmar que o governo Allende começou efetivamente em janeiro de 1970. Uma nova lei permitia a expropriação logo depois do pagamento da primeira parcela da indenização. Em ano eleitoral as expropriações e ocupações de terra se aceleravam. É verdade que o governo Frei também investiu no desenvolvimento pecuário pelo incentivo à fruticultura, mas tais frutos só seriam colhidos por Pinochet (TINSMANN, 2009, p. 265). Portanto, para os proprietários rurais, restava jogar as fichas em Jorge Alessandri. Quanto à maioria do campesinato, apesar dos esforços da DC, apostaram em Salvador Allende, que venceu as eleições de setembro.

Após a tradicional visita ao presidente Allende, Benjamin Matti, representante dos proprietários e presidente da SNA, voou para Cuba a fim de vender feijão e trigo ao novo parceiro comercial. Entretanto, suas expectativas logo foram frustradas pois no sul, o *Movimiento Campesino Revolucionario*, mesmo contra a vontade do Partido Comunista promoveu diversas corridas de cerco em Cautín, levando o novo ministro da Agricultura, Jacques Chomchol, a se dirigir até lá e legalizar, em grande parte, o que os *mapuches* haviam feito. O mesmo Chomchol, respondendo a uma consulta feita pela SNA, explicou que a propriedade privada seria mantida desde que cumprida a lei, e que o apoio a cooperativas também seria conservado desde que se tratassem de cooperativas de camponeses e não de proprietários que tentavam disfarçar suas fazendas como se fossem cooperativas. Todos seriam ouvidos, mas a política agrícola do governo seria decidida pelos Conselhos Comunitários camponeses a serem criados pelo Novo Governo⁷. O sonho camponês era o pesadelo terratenente. Não se tratava apenas de um governo que subordinava a agricultura à indústria, mas também de um governo que os excluía da formulação de políticas públicas.

O governo Allende avançou bastante nas expropriações. Se durante o período Frei (1964-1970), três milhões de hectares foram expropriados, no governo da Unidade Popular (1970-1973) foram passados à CORA cinco milhões de hectares. Quanto à administração de tais terras, Joana Vasconcelos (2020) lembra que, enquanto setores da esquerda, como o PS e o MIR, entendiam que a terra deveria ser coletivizada, gente

⁷ Ver: Revista El Campesino. Santiago do Chile: SNA, Fevereiro de 1971, p. 10-12.

ligada ao PC apostava na batalha da produção e que se poderia manter propriedades individuais. O governo criou os Centros de Reforma Agrária (CERAS) que visavam incorporar os *afuerinos* excluídos do processo e os *Centros de Producción* (CEPROS), que seriam propriedades estatais, efetivadas nas fazendas pecuárias de Magallanes.

Os Centros de Reforma Agrária previam a possibilidade de que propriedades individuais fossem formadas a partir de decisões das cooperativas, mas o discurso da SNA conseguiu convencer parte do campesinato de que a terra não seria sua (VASCONCELOS, 2020, p. 245). Por outro lado, havia a noção de que os camponeses acostumados ao ritmo dos patrões não trabalhavam as áreas coletivas. Aliás, a imagem de que o camponês não trabalhava sem um patrão está presente até hoje nas memórias compiladas por María Angélica Ovalle. Era a profecia que se cumpria? Para José Bengoa, ainda são necessárias mais análises sobre o assunto. Pode ser que o desabastecimento ocorrido durante o governo Allende relacione-se ao aumento de salários efetivado no primeiro ano de governo⁸, além dos locautes patronais.

O setor proprietário se rearticulava, e episódios como a morte por infarto de um fazendeiro ou o suicídio de uma terratenente eram contados como um martírio do processo expropriatório. No sul, os pecuaristas pararam de produzir leite. Em dezembro de 1971, a SNA conformou a Frente Nacional da Atividade Privada. Em maio de 1972, lançou uma campanha para que as terras não fossem semeadas. Em meio a ocupações de terra, setores radicalizados que apoiavam Allende cobravam a redução do limite máximo para a expropriação para quarenta hectares de irrigação. Vale lembrar que, sob o conceito de não exploração, muitas áreas entre quarenta e oitenta hectares seriam expropriadas. Em outubro de 1972, a SNA estava na linha de frente da greve de caminhoneiros e comerciantes e, embora essa greve não tenha derrubado Allende, colocou a esquerda na defensiva (OSZLAK, 2016, p. 314; AVEDAÑO, 2017, p. 245). Em março, a direita não conseguiu os dois terços para derrubar o governo pela via parlamentar, mas a esquerda continuou minoritária.

A partir daqui, a luta seria aberta e o *Movimiento Patria y Libertad* desenvolveria ações armadas com assassinatos e atentados a bomba. Do Brasil, vinham armas para combater ocupações de terras (ÓRDENES, 2018, p. 223). Uma parceria público-privada unindo terratenentes, carabineiros (polícia militar) e outros ramos das forças armadas, já se desenvolvia, especialmente ao sul, meses antes do golpe. Em 11 de setembro de 1973, quando Allende foi assassinado sob bombas, no Palácio de La Moneda, o aparato repressivo contra o campesinato já estava montado.

2 REGIME MILITAR: TERRATENENTES E CAMPESINOS SOB PINOCHET

No dia 12 de setembro de 1973, ainda não estava claro para os dirigentes do novo regime o que fazer de seu país. Patricio Silva (1987) lembra que, no que tange ao tema agrário, três tendências se desenvolveram: aquela vinculada a Jorge Alessandri, que pensava garantir apoio aos beneficiários da reforma; a gremialista, vinculada aos carabineiros, que indicava um sistema cooperativo e; os neoliberais, que saíram

⁸ Analisando um processo de parcelamento em Coquimbo, notamos relação de macieiras e pessegueiros plantados durante o período da reforma agrária. Ver: Processo 512/1975, *Fundo La Cocinera, Servicio Agrícola y Ganadero*.

vitoriosos na disputa e que conseguiu opor Gustavo Leigh, comandante da aeronáutica e Augusto Pinochet, chefe do Exército (SILVA, 1987, p. 31; ZARAT, 2003, p. 98). O resultado dessa disputa foi sentido pelos beneficiários da reforma agrária, que puderam ficar com a terra. Contudo, tratava-se de uma terra sem crédito, sem assistência técnica, sem apoio dos órgãos públicos encarregados de fazê-lo, posto que acabaram sendo desmontados.

O campesinato provavelmente foi o que mais sentiu o peso da repressão. Tamara Carrasco e René Moreno (cujo avô desapareceu nas primeiras horas do regime), concordam que a questão não era apenas reprimir esquerdistas. A ideia era mostrar ao camponês que ele havia cometido um pecado imperdoável: levantar a cabeça e falar de igual para igual com o seu patrão. Num país fortemente marcado pelo racismo anti-indígena, de acordo com a “nova ordem”, os “índios” tinham ido longe demais. Não casualmente, houve treinamento militar naquele ano nas áreas *mapuche* (BENGOA, 2014, p. 254; CARRASCO, 2012, p. 46; MORENO, 2009, p. 135). Vale lembrar, ainda, que haver participado ou ter um familiar que o houvesse feito de ocupações converteu-se em critério para excluir do acesso à parcela individual nos processos de retalhação das terras do setor reformado.

Do ponto de vista dos proprietários a ordem estava restabelecida. É verdade que as terras não foram todas devolvidas como a vitória fulminante que obtiveram contra Allende faria pensar. Analisando processos de expropriação do *Servicio Agrícola y Ganadero*, encontramos o de Victor Bárbaro Campos: o proprietário de Tomé (Concepción) alegava, seis meses depois do golpe, haver oferecido suas terras para expropriação, sob pressão dos comunistas. Sua fala dialogava com um exemplar da Revista da SNA. Victor recebeu suas terras e a indenização, ainda que tivesse aberto mão dela. Já Robson Moira Boaventura e Ireño Nuñez Leiva, que usaram o mesmo argumento para reaver terras expropriadas em Rancagua, em 1967, não tiveram a mesma sorte. As terras que compraram em 1966 pertenciam a Heleodoro Calos, que as dividira com sua esposa, Josefina Prado, a filha, María Josefina e o genro Eduardo Varela, num momento em que a lei, promulgada em abril de 1966, não permitia mais estas divisões. Como lembra Pablo Baraona, futuro ministro da economia de Pinochet e que recuperou suas terras em 1981, a análise foi feita caso a caso⁹. De acordo com Ulloa, (2006, p. 287) em 1983 ainda havia 45% de beneficiários com suas terras, mas que acabariam vendendo-as por falta de apoio estatal. Cerca de um terço das terras foi devolvida aos antigos proprietários e parte, especialmente ao sul do país, foi passada a empresas favoritas do regime para produção florestal (BENGOA, 2015, p. 287).

Se os proprietários rurais felicitaram-se pelo retorno da ordem ao campo, do ponto de vista econômico teriam suas queixas já que, num primeiro momento, a agricultura havia sido protegida da concorrência externa, sendo a indústria o setor mais afetado, levando a grande desemprego urbano, remediado, por sua vez, pelas frentes de trabalho organizadas pelo Estado. Mas já a partir de 1977, desenvolveu-se uma vigorosa

⁹ O processo de Victor Bárbaro Campos pode ser encontrado em *Servicio Agrícola y Ganadero, Concepción carpeta* 1748. Quanto ao de Robson e Ireño pode ser revisado em: *Servicio Agrícola y Ganadero, Rancagua, Carpeta* 1354. O extenso depoimento de Pablo Baraona poder ser compulsado em “La reforma agraria chilena: Testemuneo de sus protagonistas”, de María Angelica Ovalle e Angela Vicuña.

abertura para importações de gêneros agrícolas. Domingo Durán, dirigente do CAS, organizou protestos, e o preço do leite foi restabelecido. Já os produtores de arroz e beterraba não teriam sucesso em suas reivindicações (SILVA, 1987, p. 45).

Por outro lado, ao final dos anos 1970, o regime colheu os frutos dos períodos Frei e Allende e finalmente voltou a exportar gêneros agrícolas como frutas de contraestação para EUA e Europa. Agora, não se tratavam mais de grandes terratenentes absenteístas, mas de empresas que desenvolviam a produção, proporcionando duras condições a seus trabalhadores (TINSMANN, 2009, p. 235). A SNA apoiou firmemente o regime empresarial-militar no plebiscito de 1980 que aprovou a nova constituição - que impunha os princípios neoliberais -, garantindo mais dez anos de governo a Pinochet. Entretanto, a legitimidade do regime foi questionada em 1982, face à crise econômica decorrente do anúncio mexicano de que não pagaria mais suas dívidas internacionais. As taxas de juros dispararam e muitos fazendeiros faliram. Uma edição do Jornal *El Mercurio*, de 1982, ironizava perguntando se os fazendeiros estavam saudosos da reforma agrária (TINSMANN, 2009, p. 342.). Domingo Durán considerava as “visitas” de oficiais de justiça requisitando terras para pagamentos de dívidas com os bancos, uma “reforma agrária”, no pior sentido da expressão (SILVA, 1987, p. 76)

O regime relativizou um pouco a ortodoxia neoliberal, prestando certo apoio a terratenentes. A direção da SNA seguiu firme apoiando Pinochet em outro plebiscito, em 1988, o qual aprovou mais oito anos de mandato ao ditador reavivando, desta forma, o fantasma da reforma agrária e mostrando à entidade que se deveria apoiar o regime (AVEDAÑO-ESCUADERO, 2016 p. 34). Mesmo após a derrota de Pinochet no plebiscito, dirigentes da SNA continuaram defendendo seu legado. Para eles, a repressão ao campesinato e a outras forças opositoras era o preço a se pagar pelo restabelecimento da ordem (RAULD, 2019, p. 223).

Quanto ao movimento camponês, além do impacto da vigorosa repressão, a recessão promovida pelas políticas neoliberais somada à falta de apoio aos beneficiários da reforma representaram imensa perda de membros. Dona Alicia Muñoz Toledo, atual dirigente da *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (ANAMURI), à época simpatizante do MIR, conta que a primeira ação do movimento camponês, especialmente a Ranquil, era procurar os desaparecidos. Recordemos que havia dirigentes de organizações ligadas à DC que negavam a sistemática política de desaparecimentos (SILVA, 1987, p. 32). Nos primeiros anos do regime, seria fundamental a ajuda de D. Raúl Silva Enríques, cardinal de Santiago, que criou o comitê pró-paz, que funcionou até 1975 e depois a *Vicaría de la Solidaridad*.

O esforço por localizar desaparecidos era dificultado também pela tradição de os homens não compartilharem com as esposas suas atividades. A partir de 1977, os movimentos campesinos vinculados à esquerda dedicam-se a atividades culturais, como o festival de canto campesino, com apoio da rádio católica¹⁰. Em 1979, o Ministério do Trabalho editou nova lei sindical que limitava a atuação dos sindicatos às empresas e proibia a formação de confederações (MEDEL, 2014, p. 43). Ainda em 1978, os sindicatos sofreram intervenção tentando impor novos dirigentes sindicais em três dias, mas ameaças de bloqueio marítimo em portos europeus contiveram tal atuação.

¹⁰ Entrevista de Dona Alicia Muñoz Toledo ao autor. Santiago, Anamuri, 10 jul 2017.

Ante a nova lei sindical, a Igreja Católica apoiou a criação da *Comisión Nacional Campesina*, que articulava as antigas confederações (GÓMEZ, 1985, p. 45). Dona Alicia conta que para organizar uma reunião de sindicato era necessário entregar uma pauta prévia à prefeitura e uma ata do que fora discutido, após a reunião. Pauta e ata, evidentemente, acabam sendo construídas sem conexão com o que se discutia.

A fragmentação das organizações e o temor do desemprego fizeram com que poucos campesinos participassem dos protestos que comoveram Santiago no período entre 1983 e 1986.

O trabalho precário, agora estava muito feminilizado e dona Alicia lembra que os dirigentes sindicais não davam a atenção devida a essa questão. De todo modo, boa parte engajou-se na campanha que disse não a Pinochet no plebiscito de 1988. Entretanto, não se pode pensar o campesinato de forma homogênea. Em Araucanía, onde houvera importantes lutas pela toma de terras, sua divisão em lotes individuais entre *mapuches* acabou sendo reconhecida como positiva por muitos indígenas, embora encontrasse viva resistência no fim dos anos 1970, pois mal ou bem, agora tinham a terra: era a mercê espanhola “em *chiquito*” para muitos deles. José Bengoa recorda que ali foi a única região onde Pinochet venceu no plebiscito de 1988 e onde, portanto, a direita continuaria tendo prevalência.

A vitória da oposição e consequente derrota de Pinochet nas eleições de 1989, não significou mudanças no sistema econômico. O setor proprietário teria de enfrentar a concorrência estrangeira na produção de alimentos, mas a fruticultura e a produção florestal seriam, juntamente com o cobre, gêneros de exportação. Educação, saúde pública e previdência continuariam em mãos particulares. Pinochet permaneceria comandando o exército até 1998 e depois ganharia uma vaga no senado, sem disputar eleições. O movimento sindical camponês, dividido em 17 confederações de trabalhadores, contaria com camponeses na SNA e, finalmente, a falta de apoio às questões relativas aos direitos das mulheres levaria à fundação da ANAMURI. A reforma agrária seria uma página virada?

CONCLUSÃO

Escrevo este texto no momento em que as alamedas de Santiago foram reabertas, como disse Salvador Allende, no dia do golpe empresarial-militar. Primeiro, a partir de 2016, ocorreram os protestos contra a previdência privada, depois, os giga protestos de 2019, seguidos, em 2020, pelo plebiscito sobre a constituinte e eleições e, finalmente, a eleição de Gabriel Boric, candidato de uma nova geração da esquerda. No meio agrário, os terratenentes continuavam defendendo o legado da ordem pinochetista e movimentos camponeses falavam em uma nova reforma agrária não mais calcada no aumento exponencial da produção, mas na ideia de uma produção saudável de pequenos cultivadores.

As memórias também estão em disputa, uma vez que, até hoje, antigos expropriados lamentam a perda de sua propriedade, ainda que não tenham ficado empobrecidos. Camponeses recordam a perda da propriedade que passou, de forma efêmera, por suas mãos, mas lamentam, principalmente, pela perda de seus entes queridos. Até o momento, os proprietários rurais chilenos, tecnologicamente

modernizados, mas com relações sociais que não dialogam com os trabalhadores, têm conseguido mostrar à sociedade que seus interesses vão ao encontro dos interesses nacionais. Contudo, da capacidade de o campesinato se articular a outros grupos que contestem o modelo vigente depende da promoção de uma nova reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVENDAÑO, Octavio. *Los partidos políticos frente a la cuestión agraria en Chile*. Santiago: Lom, 2017.

AVENDAÑO, Octavio; ESCUDERO, María Cristina. *Elitismo y poder gremial en la sociedad nacional de agricultura*. In: **Revista Ciencias Sociales**. Santiago de Chile: Universidade Católica de Chile, n° 20, 2016.

BENGOA, José. **Historia Rural de Chile Central**. Santiago: Lom Editores, Tomo 2, 2015.

BENGOA, José. **Mapuche, Colonos y Estado Nacional**. Santiago: Catalónia, 2014.

CARRASCO, Tamara-Chimena. **El campesinado entre Frei y Pinochet**. *Testimonios de la reforma agraria en tres momentos: comunitaria, socialista y contrarreformista. Huelquén, Paine (1967-1976)*. Santiago: Universidad de Santiago, Tesis de Magister, 2013.

CORRÉA, Martín. **La reforma agraria en las Tierras Mapuches**. Santiago: Lom, 2005.

GÓMES, Sergio. **Movimiento campesino en Chile**. Santiago: Flacso, Documento de Trabajo n° 246, 1985.

LOVEMAN, Brian. **The struggle in the Countryside: Politics and Rural labor in Chile 1919-1973**. Indiana: 1976.

MEDEL, Rodrigo. *Movimiento Sindicalista Campesino en Chile, 1924-2000*. **Cipstra**, n° 2, 2014.

MORENO, Juan René Maureira. **Enfrentar con la Vida a La Muerte: Historia y memorias de la violencia y el terrorismo de Estado em Paine**. Santiago, tesis de Licenciatura en Historia, 2009.

OLIVARES, María Angelica Illanes. **Movimiento en la tierra: Luchas campesinas, resistencia patronal y política social agraria**. Chile, 1927-1947. Santiago: Lom, 2019.

ÓRDENES, Mathias. *Cuando la mano de obra se susleva: estrategias terratenientes durante la reforma agraria chilena (1964-1973)*. In: **Revista Historia Agraria**, Barcelona: Sociedad de Historia Agraria, p. 201-230, 2018.

OSZLAK, Oscar. **La Trama Oculta del Poder: Reforma agraria y comportamiento político de los terratenientes chilenos (1958-1973)**. Santiago: Lom, 2016.

OVALLE, María Angelica; VICUÑA, Angela. **La reforma agraria chilena: Testemuneo de sus protagonistas**. Santiago: Memeriter, 2013.

PERALTA, José (org). **A Desalambrar: Historia de mapuches e chilenos em la lucha por la tierra**. Santiago: Lom, 2006.

PÉREZ, Cristian. **La Guerrilla Rural en Chile**. La Batalla por el Fundo San Miguel. *In: Estudios Públicos*, Santiago: Sociedad de Estudios Públicos, n° 78, oct./dic. 2000.

RAULD, Nelson Alejandro - **La cultura política de la élite empresarial chilena**. Un análisis comparado de los dirigentes gremiales de la Sociedad Nacional de Agricultura y la Sociedad de Fomento Fabril. Madrid: Universidad Complutense, Tesis Doctoral, 2019.

ROJAS, Nestor Orlando Espinosa. **La política socialista en torno al agro en Chile. 1932-1939**. Maldivia: Instituto de Historia y Ciencias Sociales, Tesis de Licenciatura, 2015.

SEGUEL, Mathias Calderon. **Memorias de la Reforma Agraria: La lucha por la tierra en el Valle de Longotoma**. Santiago: Lom, 2012.

SILVA, Patricio. **Estado, Neoliberalismo y Política Agraria em Chile (1973-1981)**. Amsterdam: Sedla, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TINSMAN, Eidi. **La Tierra para El Que la Trabaja: Género, Sexualidad y Movimientos Campesinos em la Reforma Agraria Chilena**. Santiago: Lom Editores, 2009.

ULLOA, Roberto Santana. **Agricultura Chilena em El Siglo XX: Contextos, Actores Y Espacios Agrícolas**. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2006.

VASCONCELOS, Joana Salen. Reforma Agrária e Socialismo na América Latina. *In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Verónica. Agrarismos: Sociologia e História do Rural Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, p. 237-257.

_____. Dilemas agrários da Unidade Popular: conflitos rurais na via chilena ao socialismo (1967-1973). *In: COSTA, Adriane Vidal; BORGES, Elisa Campos. (Org.). Os 50 anos da Unidade Popular no Chile: um balanço historiográfico*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, v., p. 223-268.

ZARAT, Verónica. **El golpe después del golpe Leigh x Pinochet Chile 1960-1980**. Santiago, Lom, 2003